

MOVIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

NOTA CONJUNTURAL · MARÇO DE 2016 · Nº 41



PANORAMA GERAL

A crise econômica em curso desde 2014 tem sido agravada pela deterioração do ambiente político. A economia, já combalida, vem sendo negativamente afetada pela paralisação do setor público. As dificuldades enfrentadas pela Petrobras prejudicam ainda mais o setor de óleo e gás, que já sofre com a queda do preço do barril de petróleo. Além disso, empreiteiras responsáveis por grandes obras de infraestrutura estão envolvidas nas investigações da Operação Lava-Jato. O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) sofre devido ao peso da cadeia da indústria extrativa em sua economia.

Em meados de 2015, a crise chegou ao mercado de trabalho. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2014 e 2015 a taxa de desemprego aumentou 1,4 ponto percentual (p.p.) no ERJ, 1,7 p.p. no Brasil e 1,9 p.p. no Sudeste (SE), chegando a 7,6%, 8,5% e 8,7%, respectivamente. A deterioração do mercado de trabalho exerce pressão sobre o empreendedorismo; pessoas que não encontram um posto de trabalho formal – seja quem estava empregado anteriormente, seja quem passou a buscar uma ocupação para complementar a renda domiciliar – voltam-se para a atividade empreendedora.

Nesta Nota Conjuntural, usamos dados da PNAD Contínua de 2014 e 2015 para acompanhar as movimentações no mercado de trabalho fluminense, em particular dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores. Para balizar a discussão, recorreremos a comparações com a Região Sudeste e o Brasil. Fizemos, também, o trabalho inédito de construção de um painel com base nesses dados.

A PNAD Contínua tem um formato de painel em que cada domicílio é pesquisado uma vez por trimestre durante cinco trimestres consecutivos, com intervalo de dois meses entre as entrevistas. Dessa forma, é possível acompanhar os mesmos indivíduos ao longo de um determinado período de tempo, identificando sua trajetória no mercado de trabalho, ou seja, as possíveis transições entre as condições/posições na ocupação e a evolução dos rendimentos. Nesta Nota Conjuntural, o painel que construímos considera indivíduos entrevistados uma vez e reentrevistados 12 meses depois. Com isso, podemos analisar as matrizes de transição com a situação de origem das pessoas na primeira entrevista e sua situação no destino um ano depois.

MOVIMENTOS GERAIS NO MERCADO DE TRABALHO

O Gráfico 1 evidencia o crescimento no número de desocupados e o ingresso de pessoas na força de trabalho, representado pela redução no contingente de pessoas inativas, estas definidas como quem não está trabalhando nem procurando uma ocupação. Enquanto a quantidade de ocupados se manteve estável entre 2014 e 2015, a de desempregados cresceu significativos 24% no ERJ, 27,4% no Brasil e 30,1% no Sudeste. Ao mesmo tempo, o número de inativos (estudantes e não estudantes) diminuiu. Vale ressaltar que ambos os movimentos foram menos acentuados no estado¹ do que no país e no SE.

GRÁFICO 1 | VARIAÇÃO NO NÚMERO DE PESSOAS COM 14 ANOS OU MAIS POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO ENTRE 2014 E 2015 FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (amostra completa).



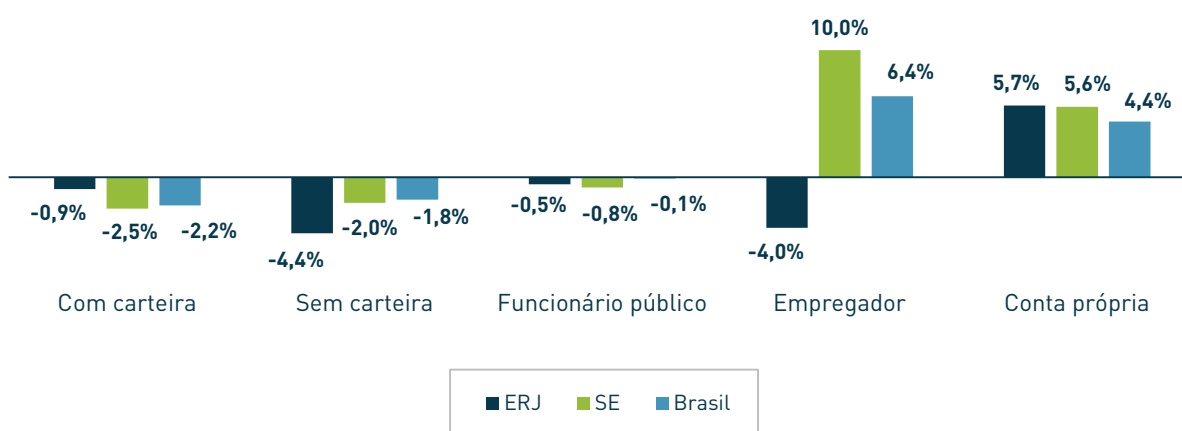
Outro aspecto que chama a atenção é que o número de pessoas inativas que estudam decresceu, enquanto a quantidade de inativos não estudantes aumentou entre 2014 e 2015. Ou seja, a crise parece estar empurrando para o mercado de trabalho indivíduos que estavam buscando uma maior qualificação – certamente aqueles que, dentro de seus domicílios, têm, ou teriam, chance de se inserir melhor –, muitas vezes na condição de desempregados.

Ao analisarmos a variação no número de ocupados por posição na ocupação entre 2014 e 2015 (Gráfico 2), observamos uma redução na quantidade de empregados com e sem carteira de trabalho assinada, bem como na de funcionários públicos. No Estado do Rio de Janeiro, o quadro é um pouco mais favorável, com menor retração do emprego formal (-0,9%) e maior diminuição no contingente de empregados sem carteira (-4,4%), do que no Brasil e na Região Sudeste.

1. Todavia, a taxa de participação (definida como a proporção de pessoas economicamente ativas entre as que têm 14 anos ou mais de idade) no Estado do Rio de Janeiro cresceu continuamente ao longo dos quatro trimestres de 2015, chegando a 58,2% de outubro a julho, 1,3 p.p. acima da registrada no mesmo período em 2014.

É interessante notar que, mesmo em meio à deterioração do mercado de trabalho, o emprego sem carteira continua em queda. Aparentemente, é o trabalho por conta própria que está absorvendo as pessoas que perderam ou não estão encontrando um posto formal e não se resignaram à situação de desemprego. Com efeito, o número de trabalhadores por conta própria aumentou 5,7% no ERJ, 5,6% no SE e 4,4% no país.

GRÁFICO 2 | VARIAÇÃO NO NÚMERO DE PESSOAS COM 14 ANOS OU MAIS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ENTRE 2014 E 2015 FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (amostra completa).

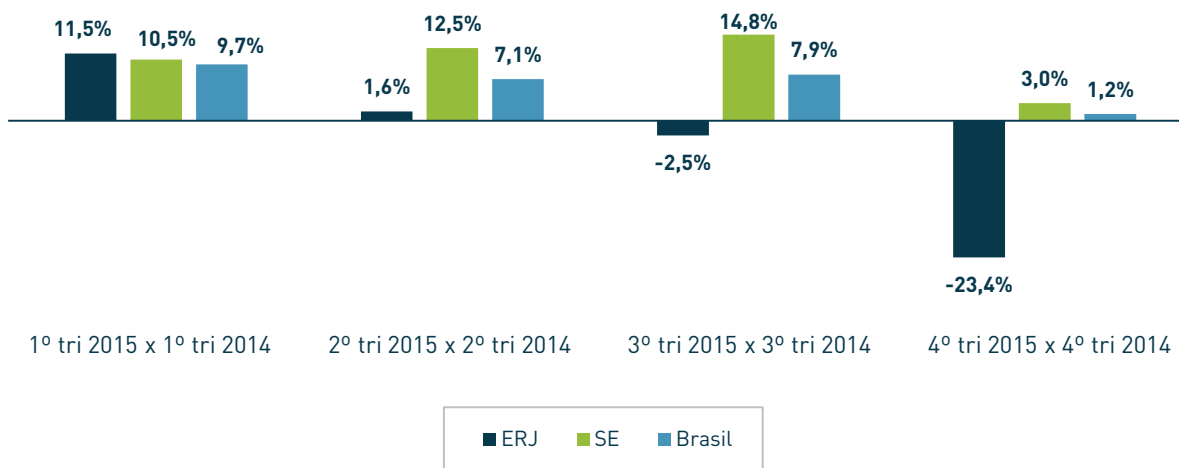


Entretanto, o que salta aos olhos no Gráfico 2 é a expressiva queda de 4% no contingente de empregadores no Estado do Rio de Janeiro, não observada no Sudeste e nem no Brasil, onde a quantidade de donos de negócios que empregam pessoas cresceu bastante: 10% e 6,4%, respectivamente.

Com o intuito de entendermos melhor a evolução na quantidade de empregadores, abrimos os dados pelos quatro trimestres de 2014 e 2015. Como pode ser visto no Gráfico 3, o número de empregadores caiu progressivamente ao longo do ano, resultando na queda de 4% registrada no acumulado. Se, nos primeiros três meses de 2015, o crescimento na quantidade de empregadores no ERJ em relação ao mesmo período do ano anterior (11,5%) ultrapassou o verificado no Brasil (9,7%) e nos estados vizinhos (10,5%), entre abril e junho esse aumento (1,6%) ficou muito aquém do observado no país (12,5%) e na Região Sudeste (7,1%).

A partir do terceiro trimestre, o contingente de empregadores passou a cair no estado (queda de 2,5%), enquanto continuou a subir nos demais recortes territoriais considerados. Finalmente, de outubro a dezembro de 2015 – em que pese o fato de a elevação no número de donos de negócios que empregam pessoas no Brasil e no Sudeste ter sido menos forte do que no restante do ano –, a quantidade de empregadores no Estado do Rio de Janeiro diminuiu nada menos do que 23,4% em comparação com o quarto trimestre de 2014. Trata-se de situação grave e exclusiva ao ERJ.

GRÁFICO 3 | VARIAÇÃO NO NÚMERO DE EMPREGADORES POR TRIMESTRE FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (amostra completa).



Mesmo em meio ao quadro recessivo da economia, a renda do trabalho cresceu 4,2% no Estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2015, conforme aponta a Tabela 1. Concomitantemente, os rendimentos subiram apenas 1,6% no Sudeste e ficaram estagnados no Brasil. Ademais, a remuneração aumentou em todas as posições na ocupação no ERJ, o que não aconteceu nos outros dois recortes territoriais.

Os fluminenses que trabalham por conta própria, apesar de terem auferido os menores ganhos em comparação com seus conterrâneos em outras posições na ocupação, viram seus rendimentos subirem 1,3%, ao contrário do que ocorreu com seus semelhantes brasileiros e sudestinos, cuja renda caiu 3% e 2,1%, respectivamente. Na mesma linha, ao mesmo tempo em que se manteve relativamente estável no país e no SE (variação de -0,4% no primeiro e 0,3% no segundo), a remuneração dos empregadores foi uma das que mais cresceram no estado, 6,5%, atrás apenas da dos empregados com carteira. Os últimos tiveram o maior incremento na renda no ERJ, na Região Sudeste e no Brasil.

Em termos de nível, o Estado do Rio de Janeiro segue com uma renda do trabalho superior à brasileira, mas inferior à recebida por seus vizinhos na Região Sudeste no total dos ocupados e em todas as posições, menos no funcionalismo público. A remuneração dos funcionários públicos fluminenses, de R\$ 3.650, ultrapassa não apenas a dos outros trabalhadores no estado (salvo empregadores), como é o padrão geral, mas também a de pessoas na mesma posição no país e no SE. Exceto no Brasil, trabalhadores por conta própria auferem rendimentos próximos – mas abaixo – dos salários dos empregados formais e na faixa de R\$ 1,5 mil a R\$ 2 mil.

Por fim, os maiores diferenciais de renda do estado com relação ao Sudeste verificam-se entre os empreendedores: tanto trabalhadores por conta própria quanto empregadores ganham 10% a menos no ERJ do que no SE. Ao mesmo tempo, a remuneração média do trabalho no estado, de R\$ 2.107, é 5% menor do que em sua região natural, onde equivale a R\$ 2.221.

TABELA 1 | RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (EM R\$ DE 2015) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (amostra completa).

	RIO DE JANEIRO			SUDESTE			BRASIL		
	2014	2015	VARIAÇÃO	2014	2015	VARIAÇÃO	2014	2015	VARIAÇÃO
Total	R\$ 2.022	R\$ 2.107	4,2%	R\$ 2.185	R\$ 2.221	1,6%	R\$ 1.598	R\$ 1.598	0,0%
Com carteira	R\$ 1.786	R\$ 1.909	6,9%	R\$ 2.008	R\$ 2.060	2,6%	R\$ 1.602	R\$ 1.611	0,5%
Sem carteira	R\$ 1.106	R\$ 1.142	3,3%	R\$ 1.237	R\$ 1.241	0,3%	R\$ 848	R\$ 839	-1,0%
Funcionário público	R\$ 3.574	R\$ 3.650	2,1%	R\$ 3.275	R\$ 3.280	0,2%	R\$ 2.496	R\$ 2.500	0,2%
Empregador	R\$ 5.075	R\$ 5.407	6,5%	R\$ 5.969	R\$ 5.988	0,3%	R\$ 4.597	R\$ 4.581	-0,4%
Conta própria	R\$ 1.711	R\$ 1.734	1,3%	R\$ 1.973	R\$ 1.930	-2,1%	R\$ 1.280	R\$ 1.242	-3,0%

MUDANÇAS NO PERFIL DOS EMPREENDEDORES

Para entendermos melhor os movimentos no mercado de trabalho em direção às atividades empreendedoras, analisamos a escolaridade e o setor de atividade desses trabalhadores com o intuito de identificar suas características em termos de qualificação e inserção na economia, bem como as recentes mudanças ocorridas.

A Tabela 2 mostra: (a) a distribuição dos trabalhadores por conta própria e empregadores segundo seu grau de instrução em 2014; (b) a variação no número de empreendedores entre 2014 e 2015 por nível de escolaridade; e a contribuição de cada grupo educacional para a variação observada no agregado de cada posição da ocupação, dada pelo produto entre (a) e (b).

A forte redução no número de empregadores no Estado do Rio de Janeiro se deveu à queda na quantidade daqueles que têm Ensino Fundamental e Médio, principalmente incompleto. De fato, a quantidade de empregadores com o Ensino Médio incompleto diminuiu 29% entre 2014 e 2015 no estado, uma retração muito superior à observada no Brasil (0,3%) e no SE (4,2%).

Destaca-se, ainda, o decréscimo no contingente de empregadores fluminenses com Ensino Médio completo, de 7,1%, não verificado nos outros recortes territoriais analisados. Como esse grupo educacional representa 1/3 dos empregadores fluminenses, sua contribuição para a queda no agregado, de -2,4%, foi bastante relevante. O aumento no número de empregadores com algum nível superior de estudo ajudou, por sua vez, a atenuar a redução registrada no total da posição no estado. Na Região Sudeste e no país, o crescimento na quantidade de donos de negócios que empregam pessoas foi puxado por essa categoria, que abrange os empregadores mais escolarizados.

No SE, isso também aconteceu entre os trabalhadores por conta própria, embora no Brasil e, em especial, no ERJ o grupo com Ensino Médio completo tenha sido o maior responsável pela elevação aferida no agregado. Nos dois últimos recortes territoriais, o aumento na quantidade de trabalhadores por conta própria com alguma educação superior (16,2% e 15%, respectivamente) chegou a ultrapassar o observado entre aqueles que terminaram o Ensino Básico (9,4% e 14,2%), mas seu menor peso no total da posição na ocupação (11% e 14,4% versus 23,4% e 30,2%) arrefeceu sua contribuição final.

TABELA 2 | NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMPREENDEDORES FONTE: IETS com base nos dados da PNAD
Contínua (amostra completa).

	ERJ			SE			BRASIL		
	DISTRIBUIÇÃO EM 2014 (A)	VARIÇÃO ENTRE 2014 E 2015 (B)	EFEITO TOTAL (A) X (B)	DISTRIBUIÇÃO EM 2014 (A)	VARIÇÃO ENTRE 2014 E 2015 (B)	EFEITO TOTAL (A) X (B)	DISTRIBUIÇÃO EM 2014 (A)	VARIÇÃO ENTRE 2014 E 2015 (B)	EFEITO TOTAL (A) X (B)
Empregador	100,0%	-4,0%	-4,0%	100,0%	10,0%	10,0%	100,0%	6,4%	6,4%
Fundamental incompleto	10,5%	-8,0%	-0,8%	15,2%	3,7%	0,6%	19,3%	-2,4%	-0,5%
Médio incompleto	13,8%	-28,8%	-4,0%	12,2%	-4,2%	-0,5%	12,8%	-0,3%	0,0%
Médio completo	33,9%	-7,1%	-2,4%	30,5%	7,8%	2,4%	31,5%	5,1%	1,6%
Alguma educação superior	41,8%	7,7%	3,2%	42,1%	18,1%	7,6%	36,4%	14,6%	5,3%
Conta própria	100,0%	5,7%	5,7%	100,0%	5,6%	5,6%	100,0%	4,4%	4,4%
Fundamental incompleto	33,3%	-3,0%	-1,0%	37,7%	0,3%	0,1%	48,0%	0,6%	0,3%
Médio incompleto	22,1%	1,0%	0,2%	18,5%	1,3%	0,2%	17,5%	0,6%	0,1%
Médio completo	30,2%	14,2%	4,3%	27,4%	8,4%	2,3%	23,4%	9,4%	2,2%
Alguma educação superior	14,4%	15,0%	2,2%	16,4%	17,7%	2,9%	11,0%	16,2%	1,8%

A Tabela 3 é similar à anterior, mas diz respeito aos setores de atividade. Dada a baixa representatividade, e para simplificar a análise, desconsideramos a administração pública, a agropecuária e a categoria outros, que, juntas, concentram menos de 5% dos empreendedores no ERJ.

TABELA 3 | SETOR DE ATIVIDADE DOS EMPREENDEDORES FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (amostra completa). Nota: Exceto os empreendedores na agropecuária, administração pública e outros (que representam menos de 5% do total no ERJ).

	ERJ			SE			BRASIL		
	DISTRIBUIÇÃO EM 2014 (A)	VARIAÇÃO ENTRE 2014 E 2015 (B)	EFEITO TOTAL (A) X (B)	DISTRIBUIÇÃO EM 2014 (A)	VARIAÇÃO ENTRE 2014 E 2015 (B)	EFEITO TOTAL (A) X (B)	DISTRIBUIÇÃO EM 2014 (A)	VARIAÇÃO ENTRE 2014 E 2015 (B)	EFEITO TOTAL (A) X (B)
Empregador	97,8%	-4,0%	-3,9%	94,9%	10,0%	9,5%	93,0%	6,4%	5,9%
Indústria	8,1%	-13,7%	-1,1%	11,4%	16,4%	1,9%	11,1%	13,0%	1,4%
Construção civil	6,3%	-23,7%	-1,5%	8,6%	-8,4%	-0,7%	9,0%	-4,6%	-0,4%
Comércio	39,8%	-5,5%	-2,2%	33,3%	11,5%	3,8%	36,2%	6,6%	2,4%
Serviços	43,5%	4,0%	1,8%	41,6%	10,4%	4,3%	36,7%	7,5%	2,8%
Conta própria	96,6%	5,7%	5,5%	90,3%	5,6%	5,0%	79,0%	4,4%	3,5%
Indústria	10,0%	4,3%	0,4%	10,3%	5,8%	0,6%	9,7%	5,6%	0,5%
Construção civil	21,9%	5,1%	1,1%	20,7%	1,0%	0,2%	17,1%	2,6%	0,4%
Comércio	23,4%	3,4%	0,8%	20,1%	4,5%	0,9%	21,3%	4,8%	1,0%
Serviços	41,2%	9,0%	3,7%	39,2%	9,7%	3,8%	30,9%	8,0%	2,5%

Embora a redução no número de empregadores no ERJ tenha sido mais forte na indústria (-13,7%) e na construção civil (-23,7%), a principal contribuição para a queda experimentada no agregado veio do comércio. Isso porque 40% dos fluminenses em tal posição atuam nesse setor. Apenas nos serviços houve aumento na quantidade de empregadores no estado.

O contingente de empresas empregadoras na construção civil também caiu no país (4,6%) e no SE (8,6%), ainda que não tanto quanto no Estado do Rio de Janeiro. Nos demais setores de atividade, o número de empregadores brasileiros e sudestinos cresceu, em particular na indústria, onde as taxas de variação ultrapassaram 10%. Trata-se de um grande contraste com a situação verificada no estado.

Nos três recortes territoriais considerados, a elevação na quantidade de trabalhadores por conta própria pode ser atribuída majoritariamente ao incremento aferido nos serviços. Esse setor, que não apenas registrou o maior crescimento, concentra também a parcela mais significativa das pessoas que trabalham por conta própria.

MOBILIDADE POR CONDIÇÃO/POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E VARIAÇÕES NOS RENDIMENTOS

Nesta seção, analisaremos as transições dos indivíduos no mercado de trabalho e as variações em seus rendimentos entre 2014 e 2015, com foco nos empreendedores fluminenses. Para isso construímos um painel com os entrevistados da PNAD Contínua reentrevistados após 12 meses, que equivalem a 12%-13% da população representada pela pesquisa.

As Tabelas 4, 5 e 6 consistem nas matrizes de transição no Estado do Rio de Janeiro, no Sudeste e no Brasil. Para cada situação inicial (na linha), apresentamos como os indivíduos se distribuíram por todas as condições/posições na ocupação um ano depois (na coluna), de modo que a soma de cada linha totaliza 100%. Na diagonal da matriz (área em azul), encontram-se os percentuais de indivíduos que permaneceram na mesma situação.

Primeiramente, cabe fazer algumas observações de cunho geral sobre os movimentos recentes no mercado de trabalho fluminense. Notamos, no ERJ, uma maior permanência de inativos – categoria que menos transita – e, principalmente, desempregados – grupo com a maior mobilidade. Adicionalmente, apenas 21,4% dos desocupados arrumaram um emprego com carteira no estado, percentagem próxima à registrada no Brasil (22%) e menor do que no Sudeste (25,3%).

TABELA 4 | MATRIZ DE TRANSIÇÃO POR CONDIÇÃO/POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (painel). Nota: Exceto os trabalhadores não remunerados (representam 0,3% do total).

2014 (SITUAÇÃO INICIAL)	2015 (SITUAÇÃO FINAL)						
	INATIVO	DESOCUPADO	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA
INATIVO	88,8%	2,7%	2,9%	1,9%	1,0%	0,1%	2,6%
DESOCUPADO	28,6%	32,0%	21,4%	9,3%	3,5%	0,2%	5,1%
COM CARTEIRA	5,7%	3,3%	78,9%	5,0%	2,9%	0,8%	3,4%
SEM CARTEIRA	12,4%	4,1%	19,9%	47,9%	2,0%	1,0%	12,6%
FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO	5,1%	0,8%	8,5%	1,4%	83,0%	0,2%	1,1%
EMPREGADOR	3,8%	0,7%	5,9%	2,6%	0,7%	61,8%	24,6%
CONTA PRÓPRIA	9,0%	2,5%	7,1%	4,9%	0,8%	2,6%	73,1%

TABELA 5 | MATRIZ DE TRANSIÇÃO POR CONDIÇÃO/POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO SUDESTE

FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (painel). Nota: Exceto os trabalhadores não remunerados (representam cerca de 1,5% do total).

2014 (SITUAÇÃO INICIAL)	2015 (SITUAÇÃO FINAL)						
	INATIVO	DESOCUPADO	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA
INATIVO	86,1%	3,4%	3,6%	2,7%	0,8%	0,2%	3,2%
DESOCUPADO	27,6%	26,7%	25,3%	11,4%	3,1%	0,2%	5,7%
COM CARTEIRA	5,7%	4,2%	79,8%	5,4%	1,8%	0,6%	2,5%
SEM CARTEIRA	14,5%	6,0%	19,2%	45,9%	1,7%	1,1%	11,7%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	4,2%	1,3%	8,2%	1,5%	83,3%	0,2%	1,3%
EMPREGADOR	3,3%	0,6%	5,5%	3,1%	0,4%	67,1%	20,0%
CONTA PRÓPRIA	10,0%	2,1%	6,2%	7,1%	0,8%	4,1%	69,7%

TABELA 6 | MATRIZ DE TRANSIÇÃO POR CONDIÇÃO/POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO BRASIL

FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (painel). Nota: Exceto os trabalhadores não remunerados (representam 3,2% do total).

2014 (SITUAÇÃO INICIAL)	2015 (SITUAÇÃO FINAL)						
	INATIVO	DESOCUPADO	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA
INATIVO	84,4%	3,3%	3,2%	3,3%	1,0%	0,2%	4,6%
DESOCUPADO	31,1%	23,6%	22,0%	12,1%	3,3%	0,3%	7,7%
COM CARTEIRA	6,0%	4,2%	78,2%	5,7%	2,1%	0,7%	3,2%
SEM CARTEIRA	16,4%	5,8%	16,3%	45,8%	2,0%	1,0%	12,8%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	4,8%	1,6%	6,2%	2,0%	83,5%	0,3%	1,6%
EMPREGADOR	3,8%	0,5%	5,4%	3,8%	0,7%	63,7%	22,1%
CONTA PRÓPRIA	12,7%	2,4%	5,1%	7,5%	0,9%	4,1%	67,3%

A parcela de desalentados (desempregados que desistiram de procurar uma ocupação e saíram da força de trabalho, tornando-se inativos), que correspondeu a 28,6% no Estado do Rio de Janeiro, ficou 1 p.p. acima da verificada no SE, mas 1,5 p.p. atrás da aferida no país. O reverso ocorreu com a taxa de permanência dos empregados formais, em magnitudes distintas. Por outro lado, o contingente de empregados sem carteira que se formalizaram no estado superou o observado nos demais recortes territoriais.

Com relação aos empreendedores, observamos que a taxa de permanência dos empregadores no ERJ, de 61,8%, é inferior à registrada no Brasil, de 63,7%, e no SE, de 67,1%.

Ou seja, a sobrevivência das empresas empregadoras fluminenses parece ser menor. Em contrapartida, o estado apresentou o maior percentual de empregadores que enxugaram seus negócios e passaram a trabalhar por conta própria em 2015: 24,6%, contra 22,1% no país e 20% na Região Sudeste. Trata-se da principal transição dos empregadores nos três recortes territoriais considerados, seguida, de longe, pela mudança para o emprego com carteira de trabalho assinada².

Os trabalhadores fluminenses por conta própria têm comportamento oposto ao dos empregadores: sua taxa de permanência (73,1%) supera a dos brasileiros (67,3%), que, por sua vez, é inferior à dos sudestinos (69,7%). Além disso, o percentual de trabalhadores por conta própria que prosperam e expandem seu negócio no ERJ, de 2,6%, é baixo quando comparado ao verificado no país e no Sudeste, de 4,1%. Da mesma forma, a proporção de trabalhadores por conta própria que se tornaram inativos em 2015 – transição mais frequente nesse grupo – foi menor no estado do que nos demais recortes territoriais analisados.

É interessante notar que os trabalhadores fluminenses por conta própria que arrumaram um emprego se inseriram relativamente bem no mercado de trabalho. A percentagem de trabalhadores por conta própria que se tornaram empregados formais no estado (7,1%) ultrapassou a dos que transitaram para o emprego sem carteira (4,9%) – o que não aconteceu no Brasil e no Sudeste.

Com exceção do caso descrito acima, de maneira geral as distintas movimentações de empregadores e trabalhadores por conta própria refletem a maior precariedade do segundo grupo, que tende a transitar mais para a inatividade, o desemprego e o emprego sem carteira de trabalho assinada. Ademais, além de empregadores que reduzem o tamanho de seu negócio, um contingente relevante dos empregados sem carteira migra para o trabalho por conta própria. Entretanto, a permanência dos empregadores é menor do que a dos trabalhadores por conta própria, o que pode estar relacionado aos desafios de manter uma empresa com empregados e de porte maior.

As Tabelas 7, 8 e 9 contêm as variações de rendimentos dos ocupados fluminenses, sudestinos e brasileiros. A lógica é semelhante à das matrizes de transição: mostramos a remuneração auferida inicialmente em cada posição na ocupação inicial (na linha), bem como sua variação em 2015, de acordo com a posição de destino (na coluna).

Em primeiro lugar, notamos que a renda dos ocupados que permaneceram na mesma posição (diagonal da tabela) caiu de forma generalizada no Brasil e no Sudeste, exceto entre os trabalhadores por conta própria, cujos rendimentos cresceram 1,8% e 3%, respectivamente, e entre os empregados formais no país, que viram sua remuneração ficar quase

2. A PNAD Contínua é uma pesquisa amostral, ou seja, o IBGE entrevista um grupo de pessoas escolhido de modo a representar o total da população. Como os empregadores representam menos de 5% da população ocupada no país, no SE e no ERJ, o número de empregadores no painel é, naturalmente, pequeno. Em situações como essa, a precisão das estimativas pode ser afetada. Assim, optamos por desconsiderar diferenças marginais (na casa decimal, por exemplo) entre os indicadores analisados.

constante. No Estado do Rio de Janeiro, todavia, entre aqueles que continuaram em sua ocupação inicial, somente os empregados sem carteira de trabalho assinada tiveram redução na renda.

Não obstante, a renda dos trabalhadores fluminenses por conta própria que já ocupavam essa posição em 2014 ficou praticamente estagnada. Mais do que isso: enquanto no Brasil e no Sudeste os rendimentos dos trabalhadores por conta própria que se tornaram empregadores saltaram mais de 30% entre 2014 e 2015, no ERJ a renda dos ocupados que fizeram esse movimento caiu 5,7%. Assim, um dos principais incentivos a que os trabalhadores por conta própria expandam seus empreendimentos no país e na Região Sudeste – a possibilidade de aumentar seus rendimentos – não está presente no Estado do Rio de Janeiro.

Os dados sugerem, ainda, que há um estímulo para que os trabalhadores por conta própria deixem a atividade empreendedora no ERJ, visto que os que migraram para o funcionalismo público e, inclusive, o emprego sem carteira tiveram ganhos de renda substanciais (21,8% e 18,2%, respectivamente) e acima dos observados no país e no SE. Além disso, a remuneração dos trabalhadores fluminenses por conta própria que passaram a ser empregados formais subiu 2,1%, ao mesmo tempo em que caiu nos demais recortes territoriais analisados³.

TABELA 7 | RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (painel). Nota: 1. O universo "Painel" é definido pela população entrevistada e reentrevistada 12 meses depois.

2014 (POSIÇÃO INICIAL)		2015 (POSIÇÃO FINAL)				
		COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA
COM CARTEIRA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 1.900	R\$ 1.341	R\$ 3.687	R\$ 2.724	R\$ 1.995
	VARIAÇÃO	2,2%	-6,2%	13,4%	54,3%	0,9%
SEM CARTEIRA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 1.319	R\$ 1.053	R\$ 1.182	R\$ 4.737	R\$ 1.451
	VARIAÇÃO	4,4%	-3,2%	16,0%	74,2%	-2,6%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 4.493	R\$ 2.317	R\$ 3.856	R\$ 10.275	R\$ 4.299
	VARIAÇÃO	2,5%	-8,1%	1,0%	144,8%	4,7%
EMPREGADOR	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 4.460	R\$ 2.662	R\$ 17.880	R\$ 5.959	R\$ 5.191
	VARIAÇÃO	-5,9%	-1,9%	-28,0%	6,3%	-9,1%
CONTA PRÓPRIA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 2.048	R\$ 1.445	R\$ 4.024	R\$ 4.380	R\$ 1.742
	VARIAÇÃO	2,1%	18,2%	21,8%	-5,7%	0,3%

3. É importante ter em mente que certas características dos indivíduos dentro de cada posição na ocupação podem influenciar as variações de renda observadas nessas transições. Por exemplo, os trabalhadores por conta própria que se tornaram empregados sem carteira já recebiam rendimentos mais baixos do que os que se mantiveram na mesma ocupação ou migraram para as demais posições. É possível que formassem um grupo menos qualificado, com menor escolaridade, por exemplo, de modo que, para eles, o emprego sem carteira se apresentou como uma alternativa interessante em termos de remuneração.

TABELA 8 | RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO SUDESTE FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (painel). Nota: 1. O universo "Painel" é definido pela população entrevistada e reentrevistada 12 meses depois.

2014 (POSIÇÃO INICIAL)		2015 (POSIÇÃO FINAL)				
		COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA
COM CARTEIRA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 2.162	R\$ 1.673	R\$ 2.962	R\$ 2.957	R\$ 2.118
	VARIAÇÃO	-0,3%	-6,3%	2,0%	93,8%	6,5%
SEM CARTEIRA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 1.613	R\$ 1.182	R\$ 1.701	R\$ 4.503	R\$ 1.756
	VARIAÇÃO	5,9%	-4,7%	12,3%	5,6%	-7,3%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 2.932	R\$ 2.375	R\$ 3.429	R\$ 5.248	R\$ 2.432
	VARIAÇÃO	-4,6%	-11,2%	-1,2%	44,9%	18,6%
EMPREGADOR	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 5.167	R\$ 5.691	R\$ 10.987	R\$ 6.790	R\$ 5.537
	VARIAÇÃO	10,0%	28,0%	8,8%	-2,9%	-13,1%
CONTA PRÓPRIA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 2.746	R\$ 1.841	R\$ 2.722	R\$ 4.459	R\$ 2.003
	VARIAÇÃO	-6,9%	2,4%	13,0%	38,2%	3,0%

TABELA 9 | RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO BRASIL FONTE: IETS com base nos dados da PNAD Contínua (painel). Nota: 1. O universo "Painel" é definido pela população entrevistada e reentrevistada 12 meses depois.

2014 (POSIÇÃO INICIAL)		2015 (POSIÇÃO FINAL)				
		COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA
COM CARTEIRA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 1.757	R\$ 1.333	R\$ 2.307	R\$ 2.413	R\$ 1.628
	VARIAÇÃO	0,3%	-8,7%	1,9%	78,7%	2,7%
SEM CARTEIRA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 1.232	R\$ 816	R\$ 1.305	R\$ 2.741	R\$ 1.122
	VARIAÇÃO	7,9%	-2,0%	6,1%	10,6%	-2,8%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 2.434	R\$ 1.444	R\$ 2.665	R\$ 6.071	R\$ 1.682
	VARIAÇÃO	-2,8%	-4,6%	-0,4%	10,7%	-2,1%
EMPREGADOR	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 3.922	R\$ 4.253	R\$ 7.297	R\$ 5.546	R\$ 3.835
	VARIAÇÃO	2,9%	6,0%	-9,9%	-1,9%	-11,5%
CONTA PRÓPRIA	REMUNERAÇÃO INICIAL	R\$ 1.917	R\$ 1.183	R\$ 1.710	R\$ 3.166	R\$ 1.363
	VARIAÇÃO	-3,8%	-1,5%	16,1%	34,8%	1,8%

De forma geral, a abertura de um negócio próprio foi uma boa opção para os indivíduos advindos das demais posições na ocupação: a renda dos que se tornaram empreendedores cresceu entre 2014 e 2015, sobretudo a dos funcionários públicos fluminenses que se tornaram empregadores. A exceção são os empregados sem carteira de trabalho assinada – e, no Brasil, dos funcionários públicos – que ingressaram no trabalho por conta própria, cujos rendimentos decresceram no período analisado no país, no Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro.

EM RESUMO

Os dados relativos ao mercado de trabalho em 2015 começaram a evidenciar os reflexos da crise econômica pela qual o país e o Estado do Rio de Janeiro estão passando. O número de desempregados subiu expressivamente em comparação com o ano anterior, enquanto a quantidade de empregados formais caiu – ambos os movimentos foram menos intensos no estado. Entretanto, o contingente de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada também diminuiu. Há indícios de que é o trabalho por conta própria que tem servido como alternativa para quem não encontra um posto formal.

A queda de 4% no número de empregadores no ERJ se torna ainda mais alarmante diante do fato de que, no SE e no Brasil, a quantidade de donos de negócios que empregam pessoas aumentou bastante. A análise trimestral mostra que o contingente de empregadores fluminenses se retraiu de forma gradativa no decorrer de 2015, caindo 23,4% na comparação dos últimos três meses do ano com o mesmo período em 2014. Por outro lado, os rendimentos dos empregadores fluminenses subiram 6,5%, uma variação inferior apenas à observada entre os empregados com carteira.

A remuneração do trabalho cresceu razoavelmente no ERJ (4,2%) entre 2014 e 2015, mais do que no país (onde ficou estagnada) e na Região Sudeste (1,6%). Ademais, somente no estado houve elevação da renda dos ocupados em todas as posições, inclusive entre os trabalhadores por conta própria, que incorreram em perdas nos demais recortes territoriais. Porém, é justamente entre os empreendedores que se verificam os maiores diferenciais de renda do estado com relação ao Sudeste.

A redução no número de empregadores no ERJ se deveu, em grande medida, à queda no contingente que tem Ensino Médio, em especial incompleto. A saída dos menos escolarizados, tornando o grupo dos empregadores ainda mais qualificado, pode ajudar a explicar o aumento de 6,3% na renda dos que permaneceram nessa ocupação, concomitante à retração dos rendimentos dos que transitaram para qualquer outra posição. O aumento na quantidade de fluminenses que trabalham por conta própria, por sua vez, adveio majoritariamente do crescimento da parcela com Ensino Médio completo.

Com relação aos setores, a principal contribuição para a queda no contingente de empregadores no estado veio do comércio, apesar da forte redução verificada na indústria (-13,7%) e, especialmente, na construção civil (-23,7%). No Brasil e no Sudeste, a quantidade de empregadores aumentou em três dos quatro setores analisados; houve retração na construção, embora menos intensa do que no ERJ. Nos três recortes territoriais, o crescimento no número de trabalhadores por conta própria no setor de serviços foi o maior responsável pela elevação observada no agregado.

As empresas empregadoras fluminenses parecem se defrontar com obstáculos que não estão presentes no Brasil e no Sudeste, a julgar pela baixa taxa de permanência no estado. A percentagem de empregadores que diminuíram o tamanho de seu negócio e demitiram

peessoas, passando a trabalhar por conta própria, também foi maior no Estado do Rio de Janeiro do que nos demais recortes territoriais. A proporção de trabalhadores por conta própria que continuou na mesma posição, por sua vez, superou a de empregadores, tendo sido mais alta no ERJ. Em paralelo, sua remuneração ficou praticamente estagnada no estado, enquanto cresceu no SE e no país. Mais do que isso: a parcela de trabalhadores fluminenses por conta própria que se transformaram em empregadores é pequena.

Em suma, considerando que se tornar empregador é um indicador de sucesso dos empreendedores, estes têm enfrentado maiores dificuldades no ERJ. A proporção de trabalhadores por conta própria que consegue expandir seu negócio e contratar pessoas é baixa, e os empregadores têm menos chances de se manter com esse status. Cerca de ¼ (24,5%) dos empregadores fluminenses em 2014 voltaram à condição de trabalhador por conta própria no ano seguinte. Um enorme desafio de política pública, sobretudo neste momento de crise, é, por um lado, transformar as iniciativas autônomas em atividades mais produtivas e, por outro, traçar estratégias para a manutenção dos pequenos negócios, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

E MAIS...

- De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio, o volume de vendas no varejo no Estado do Rio de Janeiro teve uma retração de 3,2% em 2015. Essa queda, no entanto, foi inferior à registrada no Brasil (-4,3%).
- Segundo os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Estado do Rio de Janeiro registrou a maior destruição de postos de trabalho formais (-22.287) do país no mês de fevereiro de 2016. No Estado de São Paulo, a diferença entre o número de admitidos e desligados foi de -22.110; e, no Brasil, de -104.582.